

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO PROFESSOR DA SALA REGULAR EM ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS

Valdenise Maria de Azevêdo Ferreira¹
Vanilson Carlos de Azevêdo²
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa de campo acerca dos desafios diários implicados aos docentes do ensino fundamental em trabalharem com alunos com deficiências. Pois, a educação inclusiva está trazendo inquietações, não só para os docentes, mas para toda equipe pedagógica. Logo, traz como objetivo geral analisar as dificuldades enfrentadas pelo professor em sala de aula ao acolher alunos com deficiência. Onde a falta de formação e despreparo do docente e da escola, traz consigo um dos principais gargalos a inclusão. Todavia, existe uma cobrança referente ao aprendizado no decorrer do ano letivo. A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino fundamental dos anos iniciais, localizada em um povoado na cidade de Cumarú-PE. O estudo apresenta uma linha de pesquisa quantitativa, com viés para a pesquisa de campo, documental e bibliográfica, onde foram elaborados questionários aos docentes e coordenadores pedagógicos, além de observação do cotidiano escolar. Foi observado que a priori ao ato de incluir o estudante, faz-se necessário à formação docente. Fato este que é uma prática quase que inexistente. É perceptível salas de aulas com mais de um aluno com deficiência, onde para transparecer um “cuidado”, se coloca um apoio escolar para o mesmo, e na prática a inclusão não existiu. Houve uma imersão do estudante em uma sala regular. É evidente que não se precisa necessariamente de “apoios” para a educação especial. Mais sim, de formações continuadas onde o professor terá base de conhecimento para lidar com diversas deficiências, onde esse público cresce a cada dia.

Palavras-chave: Equidade, Inclusão, Formação Continuada, Prática.

INTRODUÇÃO

A temática inclusão refere-se a um leque vasto de possibilidades, conceitos, variações, possibilidades, no entanto o foco central estará voltado à inclusão escolar. Partindo deste pressuposto de se ter uma escola inclusiva que abrace a todos sem que se haja nenhum tipo de prejuízo e valor e onde todos possam ter tratados e respeitados com total igualdade, Mantoan (2003) enfatiza que ao se idealizar e por em prática um projeto

¹Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, valdenisemaria85@hotmail.com;

²Mestrando em educação da Christian Business School-CBS, vanilsoncarlos07@gmail.com;

³Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.

educacional inclusivo, é necessário que se tenha um esforço dentro de um exercício diário de cooperação e fraternidade, reconhecendo as diferenças, além de um aprofundamento no conhecimento dessas diferenças nas mais diversas áreas.

A inclusão é de fato esta valorização das diferenças, no entanto sabe-se que aqueles que estão inseridos neste contexto de inclusão são impactados com este ato. Logo, requer uma adequação ao novo paradigma. Pois, “a inclusão propõe muitas mudanças significativas para a sociedade em geral e para a vida das pessoas com deficiência. A todo tempo devemos refletir sobre os avanços, desafios e sobre o nosso papel nesse processo.” (SILVA, 2022).

A pesquisa traz como objetivo geral analisar as dificuldades enfrentadas pelo professor em sala de aula ao acolher alunos com deficiência. A educação de qualquer indivíduo deve estar pautada e direcionada a atingir seu pleno desenvolvimento social.

Deve ser uma formação que lhes dê condições de viver e conviver de maneira independente em uma sociedade. Voltando-se a educação inclusiva, esta prerrogativa vem com uma sobrecarga ainda maior quando comparada a educação dos ditos “normais”. Todavia, requer uma adequação diferenciada e própria a cada pessoa que necessita de um atendimento específico, no sentido que lhes oferecer suporte e uma formação integral.

Para tal, faz necessário uma escola que garanta a qualidade que oferta o conhecimento e que seja direcionada ao todos os indivíduos, onde cada um seja respeitado por sua condição, e esta não seja um empecilho (por parte da instituição) no seu processo de formação.

Conforme Oliveira e Profeta (2008), refere-se à educação inclusiva como:

Aquela que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade, e respondendo a cada um, de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva, quando estiver organizada para favorecer a aprendizagem de cada aluno, independente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativamente inclusivo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos, como recursos a serem mobilizados (bem como mobilizem recursos adequados (OLIVEIRA, PROFETA, p. 80, 2008).

Associada a esta prerrogativa da qualidade do ensino, a escola precisa também está adequada em todos os sentidos para receber e poder oferecer este paradigma educacional capaz de formar e transformar a vida destas pessoas, que por muitas vezes são deixadas a margem. Corroborando com esta adequação, Oliveira e Profeta, afirmam

que “a transformação somente pode acontecer, se a escola estiver organizada para fazê-lo um cidadão crítico, reflexivo, e consciente de seus compromissos no mundo.” (OLIVEIRA, PROFETA, p. 79, 2008).

A educação inclusiva só existirá de fato quando todos os agentes envolvidos neste processo estiverem adequados a atenderem a este público que sempre são marginalizados.

É impossível se falar em educação inclusiva e não associar a atuação de professores preparados e qualificados a assistirem a este público. Para tal, SANTOS e LIMA (2020), enfatiza que:

Ao tratar da inclusão escolar do estudante com deficiência, deve-se ter bem claro que é preciso falar de educação com qualidade, pois a inclusão requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante, de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. (SANTOS, LIMA, p. 65, 2020).

Portanto, é necessário se ter todo um conjunto adequado para que se haja de fato uma inclusão. Não basta “jogar” o aluno deficiente em uma sala regular. Contudo quanto ao seu pleno desenvolvimento dentro de suas limitações, uma escola que possa está adequada a receber e proporcionar uma educação de qualidade, voltada a sua formação cidadã e que de fato seja inclusiva.

Pois, para tal, não basta ser um espaço físico adequado acessivelmente, é preciso que se tenha uma qualificação por parte dos profissionais, do currículo, das metodologias, da didática com foco em promover uma educação libertadora e que lhes possa abrir um leque de oportunidades em frente.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de campo, e com revisão bibliográfica e documental, com viés a abordagem quantitativa, sendo a aplicação de questionário o método utilizado para a obtenção de subsídios com propósito de atingir os objetivos. O estudo de campo investigativo foi realizado com docentes das salas regulares do ensino fundamental anos iniciais e com professor da sala de atendimento educacional especializado.

Portanto, segundo Mattar:

A pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica

os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados (Apud OLIVEIRA, 2011, p. 25).

Logo, os dados aqui levantados servirão de base para a validação das hipóteses apontadas, bem como embasar e dar solidez aos estudos de modo forte e robusto.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação docente deve ser encarada como um processo em constante evolução, não resumindo-se apenas na formação inicial. Ao longo do exercício do magistério, a formação continuada precisa ser pautada como prioridade por parte do professor, como também pelos gestores em educação, como um caminho a se oferecer uma educação de qualidade com profissionais atualizados e antenados com as demandas contemporâneas.

A formação continuada foi vista como uma forma de atualização docente e implantada em lei a necessidade desse investimento por parte dos entes federativos, quando foi incorporado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), através da Lei Nº 12.056/2013, a especificação de que caberá ao União, Estados e Municípios oferecerem esta atualização profissional. Assim, a referida Lei especifica que:

Art. 1º O art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (BRASIL, 2009).

Portanto, fica evidente que a formação continuada deve e precisa ser desenvolvida e estimulada dentre os profissionais da educação. Não se trata apenas de um estudo aleatório, de mais um curso; mas de uma atualização das práticas pedagógicas, da didática, com o intuito de que o docente possa acompanhar e se inserir nos novos rumos que a educação vem tomando.

O desenvolvimento profissional de um docente está arraigado a capacidade de ampliação de seus conhecimentos, onde estes venham a qualificar sua prática pedagógica, proporcionando novas habilidades relacionadas a contemporaneidade. Não se tem espaço no mundo globalizado práticas arcaicas que não estejam interligadas, ou que se relacionem com os problemas atuais. A prática pedagógica precisa dialogar com o cenário global, caso contrário, o docente passa a ministrar uma aula sem atrativo aos discente.

Para tal realidade, a formação continuada deve ter um caráter de formação, de adequação, de apropriação de novos conhecimentos que possibilitem uma mudança de comportamento, onde as velhas práticas sejam substituídas por novas que tenham este poder de dialogar com a realidade, e/ou uma adequação das práticas antigas associadas com novos paradigmas visando uma educação de qualidade e atual.

Assim, Costa (2016) afirma:

É necessário que o processo de formação continuada não seja uma continuidade de modelos tradicionais, não reproduza velhas práticas de ensinar e aprender, nem se baseie em conhecimentos fundamentais teóricos que acabam reduzindo a formação do professor em um conjunto de métodos e conhecimentos repetitivos e ultrapassados, que nada têm a acrescentar ao processo de ensino aprendizagem hoje tão discutido e esperado por todos (COSTA, 2016, p. 20).

Assim, ao participar de uma formação continuada o docente precisa desnudar-se de todos os pré-conceitos e vaidades, assumindo e reconhecendo a necessidade da apropriação de novos conhecimentos e informação que poderão lhes proporcionar uma mudança de hábitos e práticas pedagógicas. Contudo, esta mudança de postura implicará em uma atualização de sua didática, onde passará a ofertar uma educação condizente com a necessidade reais de uma escola que discuta a realidade em que o aluno está inserido.

ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA VOLTADA A REALIDADE DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

O planejamento educacional precisa ser uma rotina diária na prática docente. Este ato de se planejar favorece ao docente uma previsibilidade de com o será a sua rotina naquele dia de trabalho. Para Morin (1996), “o planejamento dever ser visto como “estratégia”, uma espécie de guia de ação” (Apud OLIVEIRA, 2011, p.43-44).

Logo, este planejamento não pode ser estático, engessado; precisa e deve ser flexível, pois, a depender da realidade diária, ele poderá ser alterado a qualquer momento.

Dentro deste planejamento o docente precisa ter a clareza das distintas realidades de seus alunos, inclusive aqueles que por terem uma condição de deficiência, necessitam de uma atenção diferenciada. Logo, esta adaptação do planejamento não se restringe apenas a atividades escolares, mas também na relação interpessoal. Todavia, ao se construir uma relação de amizade, respeito, companheirismo o docente passará a confiança e a segurança ao aluno com deficiência de que ali, naquele ambiente, ele será bem acolhido.

Assim, Gil (2010), afirma que:

Os professores [...] à medida que consideram a sala de aula como lugar de relacionamento, passam a vislumbrar um horizonte mais amplo de possibilidades, inclusive, didáticas. O modo como se efetiva a relação com os estudantes influencia não apenas o aprendizado dos conteúdos que são ministrados, mas também a satisfação pessoal e profissional do professor. Tratar da relação professor-aluno em sala de aula significa tratar de todo o processo ensino-aprendizagem.” (*Apud* OLIVEIRA, 2011, p. 33)

O trabalho pedagógico com pessoas deficientes requer uma adaptação não tão somente de atividades e fazeres pedagógicos, mas de quebra de paradigmas e adoção de atitudes empáticas e acolhedoras, partindo primeiramente do docente e expandindo-se aos demais. Contudo, para Smole (1999), esta adaptação passa por um planejamento que é o ato de pensar em ações que possam ser utilizadas em salas de aulas de modo amplo e abrangente, logo é o meio em que o docente se utiliza para pensar em recursos que venham a facilitar, viabilizar e organizar o seu trabalho de uma forma que venha a atender as necessidades de cada aluno.

Toda e qualquer adaptação precisa ter início no ato do planejamento. Todavia, é neste momento em que o professor começa a traçar o caminho a ser percorrido naquele dia (quando o planejamento é diário) por ele e seus alunos. Assim, ao traçar metas e objetivos referente as atividades que serão trabalhadas em sala, o docente deve ter a sensibilidade de também desenvolver estratégias diferenciadas, adaptadas a realidade do discente, com o intuito de o mesmo possa atingir dentro de suas limitações as metas e objetivos propostos a referida atividade.

Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender. Faz parte da tarefa de ensinar procurar as estratégias que

melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno (Projeto Escola Viva, 2000, p. 24-25).

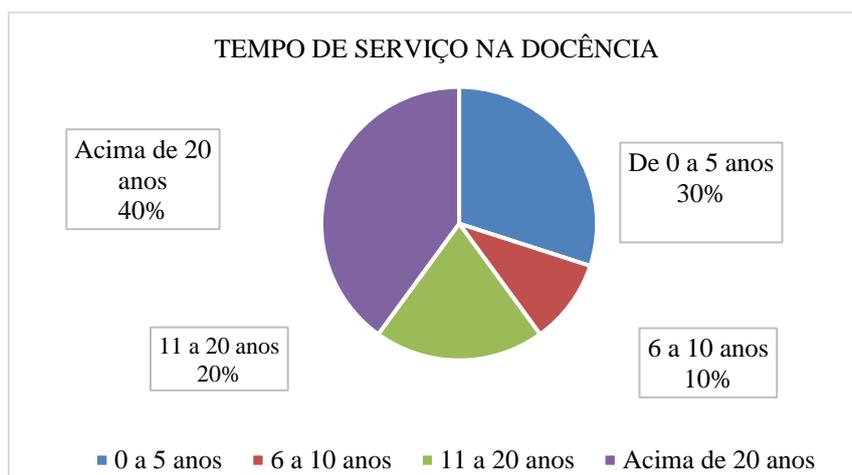
Assim, o docente precisa dispor de um olhar diferenciado ao desenhar sua didática para uma referida sala de aula. Todavia, as estratégias utilizadas poderão ser diferenciadas para a mesma atividade. Assim, ao proporcionar ao aluno com deficiência uma metodologia diferenciada, com estratégias específicas a sua limitação, o professor além de fazê-lo sujeito ativo e participativo, está mostrando que todos são capazes, independentemente de sua condição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e as discussões estão condicionadas em fazer uma apreciação nas condições de como os docentes recebem estes alunos, na formação recebida para trabalharem a temática inclusão em suas salas de aula, no acompanhamento pedagógico dentro da escola, tudo em uma perspectiva de reconhecer a necessidade eminente de uma mudança no âmbito educacional para atender a esta parcela do alunado que por muitas vezes são deixamos a margem.

Foi iniciada a pesquisa procurando saber o tempo de atuação de cada professor na docência. Com o intuito de se fazer uma correlação entre a experiência e sua prática pedagógica.

Gráfico 1 - Há quanto anos você está na docência?



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

É perceptível através do que é exposto no gráfico, que em sua maioria os docentes que possuem uma bagagem bem significativa em experiência na prática da docência. Logo, 70% dos entrevistados lecionam a mais de 6 anos. Em uma análise

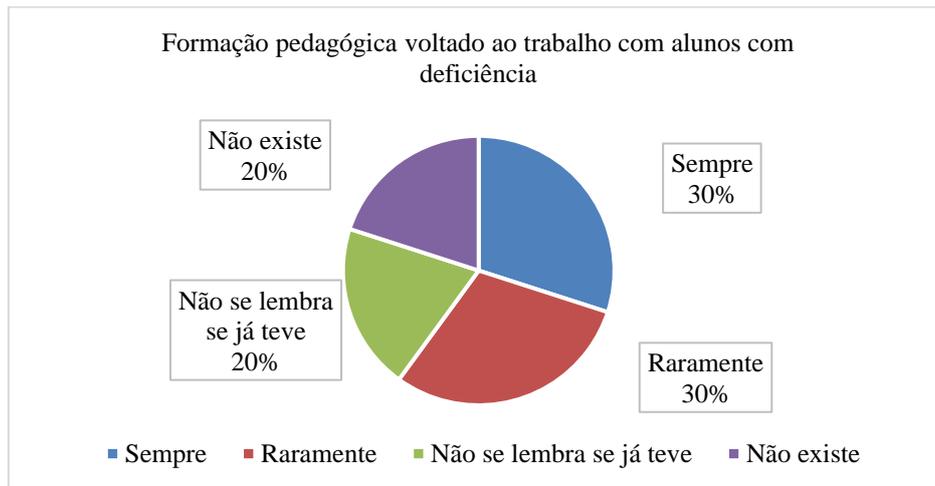
mais minuciosa, observa-se que 60%, estão com mais de uma década de prática pedagógica. Isto, garante que o conhecimento adquirido ao longo dos anos no exercício da função vai lhe dando condições de ter um olhar, uma percepção mais aguçada da realidade.

Assim, Lima e Morais (2020), afirmam que:

A questão da temporalidade da experiência, revela-se, assim, como um fator determinante para a compreensão dos processos de formação e (auto)formação profissional do professor, mediadas pelas decisões que toma, as escolhas que faz, e as crenças, valores e reflexões que constroem e uma multiplicidade de outras dimensões que se consolidam nas diferentes fases da carreira (LIMA, MORAIS, 2020, p.128).

Foi questionado referente a formação pedagógica com temáticas voltadas especificamente ao trabalho docente com alunos com deficiência.

Gráfico 2: Com qual frequência a secretaria de educação oferece formação com temática especificamente voltada ao trabalho com alunos com deficiência.



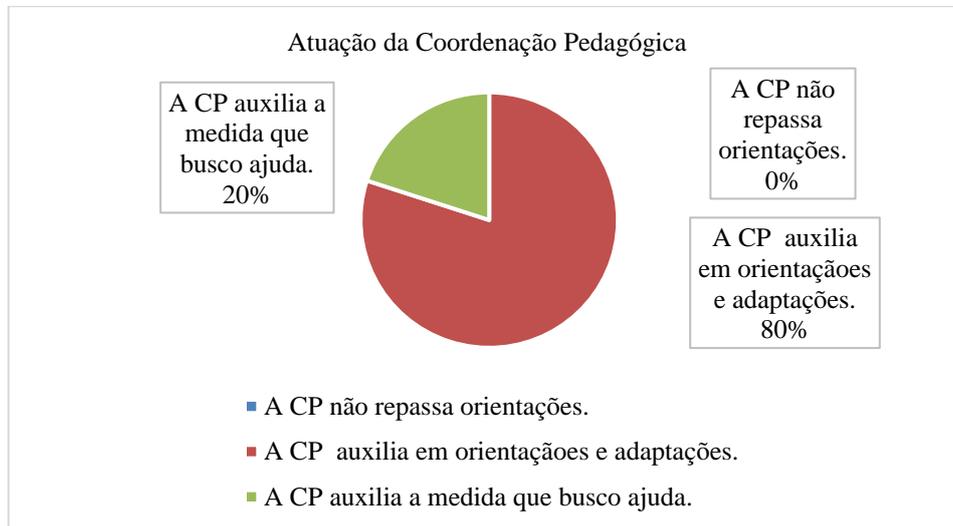
Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

A formação pedagógica é algo que deve estar presente na vida profissional de professor, é algo inerente a sua rotina. Não se pode falar em melhoria do ensino sem ter um olhar específico para a formação continuada. Todavia, segundo Araújo, Silva, (2019, p. 28). A formação permanente deve, então, considerar a realidade escolar, preparar os professores para agirem com autonomia em busca do seu desenvolvimento profissional, modificando suas práticas.

Um outro ponto muito importante dentro do âmbito escolar na prática pedagógica com alunos com deficiência, é a atuação do coordenador pedagógico junto

ao corpo docente. Assim, foi questionado sobre a atuação deste profissional junto aos professores.

Gráfico 3: Como é o suporte dado pelo coordenador pedagógico em relação ao trabalho docente com alunos com deficiência.



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

A atuação da coordenação pedagógica no trabalho pedagógico em sala de aula é de extrema importância. Logo, em salas de aulas com a presença de alunos deficientes estas atenção e assistência devem ser mais intensificadas. Todavia, este tem a missão de ser um facilitador, orientador, criador de estratégias junto ao corpo docente que venha a oferecer práticas pedagógicas diversificadas e atenda as necessidades educacionais do alunado.

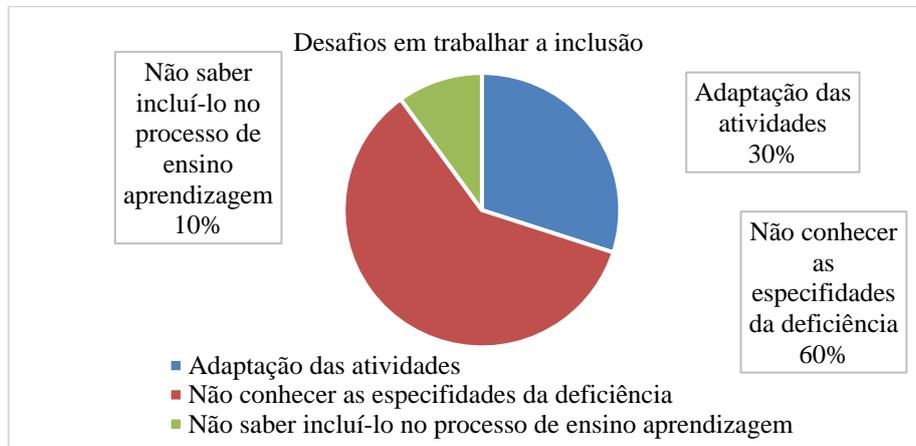
Conforme os autores:

Coordenador pedagógico passa a ser visto, ainda, como aquele que facilita as mais variadas práticas pedagógicas, aquele que oferece ao grupo profissional e estudantil a reflexão, bem como a encarar os desafios e acima de tudo vê-se como parte integrante do todo, auxiliando-os em questões necessárias. (LIMA, RODRIGUES 2018, p. 215).

O trabalho com pessoas com deficiências não é tarefa fácil. Mesmo tendo um acompanhamento da coordenação pedagógica requer muita atenção, trabalho e dedicação do docente. Foi questionado quais eram os maiores desafios enfrentados em sala de aula pelo professor no dia a dia. Logo percebe-se que o entrave está justamente em como trabalhar, a didática a ser aplicada a adaptação de atividade, foram essas os

principais desafios relacionados pelos professores, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 4: Desafios em trabalhar com este público específico.



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

O trabalho com as pessoas com deficiências requer uma mudança de postura, uma busca incessante por novos conhecimentos para entender e encontrar o modo de como este aluno aprende, conhecer suas especificidades entre outros. Todavia, não é uma tarefa fácil.

O docente precisa se desnudar de qualquer pré-conceito, abraçar a causa e ir a busca de respostas e alternativas para que este aluno não seja apenas um ser inserido dentro de uma sala de aula regular.

Assim, para o Projeto Escola Viva (2000) para atender de fato as necessidades educacionais especiais destes alunos, é preciso que haja uma mudança na didática e nos procedimentos do docente, onde possa introduzir atividades alternativas vinculadas ao que está sendo trabalhado em sala de aula, na perspectiva de o aluno possa ir formando seu conhecimento dentro de suas limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente na pesquisa que a inclusão de alunos com deficiências em salas regulares e que assim deve proceder-, é um desafio de proporções gigantescas. Pois, passa pela falta de estrutura das escolas, falta de formação continuada ao docente, material adaptado específico a limitação do aluno, entre outros tantos que podem ser elencados. No entanto, o docente ao receber este aluno sempre procura dentro de sua limitação driblar esses percalços e proporcionar momentos de inclusão.

Contudo, fica nítido a necessidade de uma atenção mais criteriosa e acolhedora por parte do poder público em ofertar formações continuadas, atendendo assim o que determina a legislação. Tendo o foco em uma educação acolhedora e que se tenha uma postura de a priori cuidar do professor, dando-lhes condições de poder ofertar uma educação de qualidade, com responsabilidade, humanizada e inclusiva. Pois, o que se vê na prática são alunos inseridos em salas regulares e não incluso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Regina Magda Bonifácio; SILVA, Marcelo Donizete da; SILVA, Marilene do Carmo. A formação continuada de professores da educação básica: concepções e desafios na perspectiva dos docentes. Revista @mbienteeducação. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-38 set/dez 2019. Disponível em: << [ARTIGO_FormaçãoContinuadaEducação.pdf \(ufop.br\)](#)>> Acessado em: 10/07/2024.

LIMA, Maria Divina Ferreira; MORAIS, Joelson de Sousa. A TEMPORALIDADE DA EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA À LUZ DA PESQUISA NARRATIVA: CONTRIBUTOS DO CICLO DE VIDA PROFISSIONAL DE PROFESSORES. *LES- Linguagem, Educação, Sociedade*. Teresina, Ano 25, n. 45, mai./ago. 2020. Disponível em: << [rles,+Art++6+-118-140.pdf](#)>> Acessado em: 09/07/2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan.* — São Paulo : Moderna , 2003. Ebook. Disponível em <<[Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer? \(ufg.br\)](#)>> Acessado em: 29/04/2024.

SILVA, Juliana Dantas Galdino. *Papéis e ações cotidianas na promoção da inclusão de pessoas com deficiência.* Instituto Federal da Paraíba, 2022. Disponível em <<[Papéis e ações cotidianas na promoção da inclusão de pessoas com deficiência — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#)>> Acessado em: 29/04/2024.

OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; PROFETA, Mary da Silva. Educação inclusiva e alunos com necessidades educacionais especiais. *In: OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; OMOTE, Sadao; GIROTO, Claudia Regina Mosca (org.). **Inclusão escolar**: as contribuições da educação especial.* São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 79-91. Disponível em: << [5952 \(unesp.br\)](#)>> Acessado em: 29/04/2024.

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; LIMA, Paulo Gomes. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. Revista Docent Discunt, Engenheiro Coelho, SP, volume 01, número 1, p. 63-70, 2º semestre de 2020. Disponível em << [Vista do A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA \(unasp.edu.br\)](#)>> Acessado em: 30/04/2024.

OLIVEIRA, Margibel A. de. *Didática do ensino superior.* São Paulo: Know How, 2011.

Oliveira, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: <<[Microsoft Word - Manual de metodologia científica \(ufg.br\)](#)>> Acessado em: 27/06/2024.

COSTA, Antônia Benedita Pereira, FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES Contribuições do Sindicato visando a uma educação de qualidade. INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS – ISEC, Lisboa. Março de 2016. Disponível em:<< [BENEDITA MESTRADO.pdf \(rcaap.pt\)](#)>> Acessado em: 28/06/2024.

Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima. LIMA, Willams dos Santos Rodrigues. COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUA IMPORTÂNCIA COMO ARTICULADOR DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM. Revista Saberes Docentes em Ação. Maceió, V.04, N.01, Abril de 2018. Disponível em:<< [16-COORDENADOR-PEDAGOGICO-E-SUA-IMPORTANCIA-COMO-ARTICULADOR.pdf \(maceio.al.gov.br\)](#)>>. Acessado em: 10/07/2024.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. Múltiplas Inteligências na Prática Escolar. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 1999.